

## **37º Encontro Anual da ANPOCS**

**Seminário Temático 09 – Empresas, Mercados e Sociedade**

**Título do trabalho: Políticas de inclusão e de educação financeira.**

**Autora: Lúcia Helena Alves Müller**

### 37º Encontro Anual da ANPOCS

23 a 27 de setembro de 2013

Águas de Lindóia, SP

## Políticas de inclusão e de educação financeira<sup>1</sup>

Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS)

### Introdução

Ao longo da última década houve um expressivo crescimento da oferta de serviços financeiros à população brasileira. A incorporação de novos públicos ao mercado de serviços financeiros obrigou às instituições financeiras a diversificarem os mecanismos e as formas de comunicação com o público. Fez, também, com que diversos segmentos da população incorporassem novos saberes e técnicas e introduzissem novas racionalidades em suas práticas cotidianas.

Juntamente com o crescimento da renda de segmentos situados na base da pirâmide social, esse processo desencadeou dinâmicas que desafiam os pesquisadores da área das ciências sociais na medida em que modificaram padrões de diferenciação entre classes sociais e alteram papéis e relações de poder no interior dos grupos familiares.

As políticas que visam diminuir as desigualdades sociais através da distribuição de renda e as medidas de estímulo ao consumo como forma de alavancar o desenvolvimento econômico são linhas de ação que já se encontram explicitadas no Plano Plurianual 2004-2007 e que continuam vigentes no atual governo. As ações que promovem a disseminação dos serviços bancários e de instrumentos de crédito, por seu turno, têm origem em políticas de governo desenvolvidas em sintonia com o referencial teórico-metodológico do Banco Mundial, instituição que propõe que a chamada “inclusão financeira” seja

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é fruto de uma pesquisa que faz parte do projeto Construção e consolidação da democracia no Brasil, desenvolvido com o auxílio da CAPES e da FAPERGS. Parte do texto foi elaborado durante o período de estágio pós-doutoral realizado no PPG Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Uma parcela das idéias aqui apresentadas foram desenvolvidas no paper *Financeirização da vida em família: implicações das políticas de inclusão financeira nas relações familiares*, apresentado na X Reunião de Antropologia do Mercosul, em julho de 2013.

considerada critério relevante na avaliação do desempenho dos países no que diz respeito ao grau de inclusão social. (ver Sen, 200; Kumar, 2004).

Por conta dessas políticas, os agentes do Sistema Financeiro Nacional foram estimulados a criar novos produtos como contas bancárias, cartões, linhas e modalidades de crédito, dirigidas especificamente aos segmentos de baixa renda. Também foi incentivada a criação de linhas de crédito consignado e de crédito vinculado a programas sociais, bem como programas de microcrédito para o financiamento de atividades de geração de renda, projetos de implementação de moedas de circulação local, etc. (Miguel, 2012) Nesse esforço, que vem sendo chamado de “inclusão social via mercado”, o governo também incentivou a criação de mecanismos visando a “popularização do mercado de capitais” (Jardim, 2009).

Em 2010, na revisão de seu planejamento, o Banco Central do Brasil (BCB) passou a considerar a “promoção da inclusão financeira” entre seus objetivos estratégicos, elegendendo-a como um dos caminhos para cumprir sua missão institucional no tocante a assegurar a solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional. (BCB, 2010, p. 3)

Os efeitos da incorporação de amplas camadas da população ao mercado de consumo e de serviços financeiros são vistos de forma ambivalente. De forma positiva tem sido avaliado o aumento do consumo de bens (não apenas de baixo custo, mas também de automóveis e da casa própria), na medida em que ele alavancou o ciclo de crescimento econômico que prevaleceu no país durante os últimos anos. De forma negativa tem sido avaliado o aumento do grau de endividamento e de inadimplência por parte de alguns segmentos sociais, em especial daqueles que recentemente tiveram o acesso ao crédito (através do uso cartões, da oferta de crédito vinculada ao uso de contas bancárias, do crédito consignado, etc.)<sup>2</sup>. O crescimento do consumo e do uso do crédito também têm

---

<sup>2</sup> A seguir, um exemplo de reportagens sobre esse tema publicadas na imprensa brasileira dos últimos anos:

**Endividamento cresce e atinge 59,2% das famílias do país, aponta CNC**

A confiança dos consumidores em um patamar elevado e o aquecimento do consumo no terceiro trimestre elevaram o endividamento e a inadimplência em setembro, segundo pesquisa divulgada nesta quinta-feira pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

O percentual de famílias endividadas subiu de 59,1% em agosto para 59,2%. Desse total, 9,0% não terão condições de pagar suas dívidas, ante 8,8% no mês anterior. O percentual dos que responderam que têm dívidas ou contas em atraso se manteve em 24,7%.

sido apontados como responsáveis pelo considerado baixo nível de poupança da economia brasileira.

Esses comportamentos, tidos como “maléficos” para o desempenho da economia, são atribuídos à falta de domínio dos conhecimentos considerados necessários ao uso adequado de instrumentos financeiros cada vez mais complexos e, também, à inexistência de uma “cultura” que valorize as práticas econômicas e financeiras consideradas corretas, dentre elas, o hábito da poupança e a parcimônia em relação ao consumo e ao endividamento.

Através da constituição programas governamentais de caráter interinstitucional, de parcerias entre o Estado e organizações empresariais e da sociedade civil, diversas iniciativas vêm sendo empreendidas no intuito de sanar e prevenir as carências diagnosticadas através da chamada “educação financeira”. Redes que articulam iniciativas isoladas já existentes também vêm sendo configuradas visando disseminar modelos de ação pedagógica.

Segundo o discurso dos próprios agentes que as implementam, as ações de educação financeira são veículos de promoção da cidadania, na medida em que grande parte da população brasileira não compartilha os valores nem detém os conhecimentos considerados indispensáveis para acessar adequadamente os serviços e para garantir seus direitos financeiros.

Em se tratando de uma economia capitalista e considerando-se o atual momento da sociedade brasileira - crescimento econômico, aumento da população integrada ao mercado formal de trabalho, estímulo ao consumo e ao uso de serviços financeiros - não há como negar que essa justificativa é capaz de legitimar plenamente as ações pedagógicas propostas, bem como as instituições que as patrocinam.

No entanto, quando se busca compreender o significado social de práticas institucionais de grande porte que propõem ações voltadas para uma ampla disseminação de conhecimentos e de valores, outras dimensões devem ser

---

O cartão de crédito é o principal tipo de dívida para 71,5% das famílias endividadadas, seguido pelos carnês (24,6%) e pelo crédito pessoal (10,7%).

Os financiamentos de carro e da casa própria, dívidas de longo prazo, também foram citados por, respectivamente, 10,4% e 3,3% dos entrevistados. Em ambos os casos, houve elevação ante o resultado em agosto, quando esse tipo de débito foi mencionado por 9,4% e 3,1% das famílias. (Folha.com - mercado. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/799712-endividamento-cresce-e-atinge-592-das-familias-do-pais-aponta-cnc.shtml>. acessado em 16/09/2010 - 10h36)

consideradas. Em primeiro lugar, é preciso, identificar e localizar no espaço social os agentes que propõem as ações de educação financeira. Também é necessário caracterizar em termos sócio-culturais os segmentos sociais aos quais esses agentes atribuem a inadequação ou o despreparo para as práticas de natureza financeira.

Também é fundamental problematizarmos os conteúdos transmitidos pelas ações de educação financeira, na medida em que eles tratam de noções que organizam a vida social. Considerar essas questões significa colocar em pauta temáticas tais como a da definição social dos ciclos da vida, a das noções e valorações relativas ao trabalho, a dos sentidos socialmente atribuídos ao consumo, a da diversidade de usos, de concepções e de instrumentos de contabilização do dinheiro, a das diferentes formas de representar, mensurar e valorizar o tempo.

Trata-se de temáticas que já estavam presentes nos estudos clássicos sobre o surgimento do capitalismo, que tentaram dar conta das tensões e contradições vividas pelas populações submetidas a um sistema que lhes impunha novas noções, valores e representações do mundo (Marx, Weber, Durkheim, Mauss, Polanyi); de questões estão presentes nos estudos que enfocaram processos mais recentes de expansão do capitalismo frente a diversas formas de organização social, mais freqüentemente em relação às populações camponesas, como os estudos de Bourdieu sobre a Argélia (Bourdieu, 1958, 2008; Garcia-Parpet, 2006) e, no Brasil, os trabalhos de Garcia Jr. (1989) e de Woortman (1990); de temáticas que têm, também, um papel crucial nos estudos sobre processos de incorporação de grandes contingentes populacionais aos mercados mundiais de trabalho e de consumo, no período pós-colonial (Bazin e Selim, 200), bem como no processo mais recente de transição para a economia de mercado por parte dos países que viviam sob regime comunista; de temas incontornáveis para os estudos sociológicos contemporâneos relativos aos mercados que buscam questionar ou relativizar os pressupostos das teorias econômicas de inspiração neoclássica<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Os trabalhos afinados com esse tipo de abordagem têm sido agrupados através do uso da expressão “nova sociologia econômica”, embora essa denominação não seja aceita por todos e

Na antropologia, podemos encontrar esses mesmos temas e preocupações em trabalhos que, para se desvincular da polêmica entre substantivistas e formalistas que configurou a formação do campo da antropologia econômica nos anos 1950/60, propõem o exercício de uma “antropologia da economia” ou de uma “etnografia econômica” (ver Dufy e Weber, 2009; Neiburg, 2010; Müller, 2010).

Tempo, ciclos da vida, trabalho, consumo, dinheiro, crédito, poupança, investimento são noções cujos conteúdos estão ancorados na experiência social e, como foi demonstrado, tanto pelos estudos clássicos sobre o surgimento e a expansão do capitalismo, como pelos os trabalhos mais recentes sobre os processos econômicos globais, mudanças no conteúdo dessas noções resultam de processos sociais complexos e, não raramente, violentos

Assim, identificar as fronteiras sociais e simbólicas percebidas pelos agentes e, também, aquelas que vão sendo constituídas pela própria dinâmica das ações voltadas para a inclusão e a educação financeira pode nos ajudar a perceber o que está sendo ganho ou perdido pelos diversos grupos sociais que estão sendo alvo de políticas e ações que são propostas como instrumentos de alargamento da democracia.

### **Políticas de inclusão financeira e as relações familiares**

Os estudos sobre os usos concepções do dinheiro e as sobre formas ordinárias de cálculo podem nos orientar na compreensão de como diferentes segmentos da população significam e incorporam o uso de instrumentos financeiros em suas práticas cotidianas (Bloch, 1994; Zelizer, 1994, 2005, 2008; Weber, 2002 e 2009; Villarreal, 2004, Müller, 2009 e 2011; Wilkis, 2012). Mas, para se compreender algumas das peculiaridades do atual processo financeirização da vida econômica da população brasileira é preciso reconhecer que ele é resultado, também, do crescimento do mercado formal de trabalho e do aumento da renda das famílias, fato esse impulsionado pela ampliação de políticas de distribuição de renda (aumento do salário mínimo, bolsa família) e

---

abarque vertentes de pesquisa muito diversas (ver Smelser e Swedberg, 1994; Swedberg, 2004; Steiner, 2009).

pelo crescimento da população que recebe benefícios da previdência social (aposentadorias, pensões, assistência).

Através do estudo sobre algumas modalidades dessas políticas e das práticas das instituições financeiras voltadas para o público de baixa renda<sup>4</sup>, constatamos a existência de desencontros e de ambiguidades entre as concepções que regem e formatam essas ações e as concepções e práticas dos diferentes segmentos sociais que delas são alvo, sobretudo no que diz respeito ao lugar que o indivíduo e o grupo familiar ocupam na vida econômica. Constatou-se, também, que essas políticas e práticas têm efeitos sobre as relações familiares, modificando a vivência de papéis de gênero e de geração, como veremos a seguir.

Para quem tem uma fonte de renda segura e permanente, via salário, benefícios ou programas de renda mínima, diversas modalidades de crédito se tornam automaticamente disponíveis, entre elas, o cartão de crédito, o chamado “cheque especial” e diversas outras formas de financiamento bancário ou fornecido por outras instituições (as chamadas “financeiras”). Para quem recebe do Estado (salários, aposentadorias, benefícios sociais<sup>5</sup>), o uso dos bancos é compulsório. Para funcionários, aposentados e pensionistas ainda estão disponíveis os empréstimos consignados, sobre os quais são cobrados juros mais baixos porque a dívida é avalizada pela fonte pagadora. Além disso, as instituições financeiras e as principais redes de varejo do país mantêm a política de aprovação automática de crédito para compras ou para retiradas em dinheiro, aos clientes titulares de alguma conta em banco que dê acesso ao uso de cartão de crédito e/ou de financiamento pré-aprovado.

A universalização do direito à aposentadoria e à assistência social, garantidos a partir da constituição de 1988, e o constante aumento da longevidade da população brasileira tiveram como efeito o aumento da participação da população idosa na renda das famílias.

---

<sup>4</sup> Essas pesquisas integraram o projeto “Me dá um dinheiro aí? crédito e inclusão financeira sob a ótica de grupos populares”, financiado pelo CNPq e pela FAPERGS.

<sup>5</sup> Benefício de prestação continuada da assistência social – BPC-LOAS, é um benefício pago pelo Governo Federal, para pessoas com mais de 65 ano, que não tenha outra aposentadoria e que comprovem que a renda mensal familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente.

A contribuição dos idosos, em 53% dos domicílios, representa mais da metade do total da renda domiciliar, sendo esta situação ainda mais expressiva no Nordeste (63,5% dos domicílios), possivelmente também devido às alterações dos limites etários estabelecidos na LOAS [Lei de Assistência Social], refletindo a importância da contribuição dos idosos no conjunto do orçamento monetário familiar (IBGE, 2008).

Por terem acesso privilegiado ao crédito consignado, mais recentemente, aposentados e pensionistas também assumiram o papel de provedores de crédito para os demais membros da família. Além disso, por serem mais longevas e, conseqüentemente, receberem aposentadoria e assistência por mais tempo; e, ainda, por conformarem maioria entre os beneficiários das pensões por viuvez, as mulheres se tornaram os principais atores no desempenho deste papel. Isso não implica que elas tenham, em média, uma renda mais alta do que a dos homens e, sim, que elas vêm se tornando as garantidoras de uma renda fixa e permanente para o grupo familiar, a qual permite que seus membros tenham acesso a serviços financeiros e ao crédito, sobretudo nos segmentos de baixa renda (Muller, 2011).

Através das pesquisas realizadas junto ao público usuário do crédito consignado (Candido, 2007), foi possível perceber que a demanda por esse serviço feita por idosos aposentados e pensionistas tem como objetivo mais freqüente cobrir as necessidades ou satisfazer os desejos de seus filhos e netos. E o endividamento gerado não é vivido como algo negativo, mas como uma forma de exercer plenamente o papel de pais ou avós

As políticas de renda mínima, por seu turno, também são políticas de incorporação da população ao sistema bancário, pois é através dos bancos ou de seus agentes que os benefícios chegam à população. Um elemento muito importante nessas políticas é o fato delas serem concedida prioritariamente às mulheres, mães de família. Não é a toa que, em bairros de população de baixa renda, elas são a maioria nas filas de espera por atendimento em agências e postos bancários.

Por condicionar o montante da renda recebida ao número de crianças da família em idade escolar obrigatória, e o recebimento do benefício, à freqüência das mesmas à escola, o Programa Bolsa Família fez com que as crianças se tornassem agentes fundamentais para a estabilidade econômica das famílias de



alguns segmentos sociais. Em muitas dessas famílias, as crianças são consideradas as titulares do benefício. O uso dos recursos é orientado, em parte, pela preferência das crianças (compra de brinquedos, guloseimas, realização de passeios), empregado no pagamento de despesas que atendam às suas necessidades imediatas (material escolar, roupas) ou, ainda, destinado à poupança, no intuito de cobrir as suas necessidades futuras.

Além de levar ao aprendizado do uso de alguns serviços financeiros (abertura de contas bancárias, uso do cartão), a renda segura do Programa Bolsa Família, por mínima que seja, permite o acesso ao crédito em diversos estabelecimentos comerciais (Cassal, 2010; Müller, 2011).

Outras políticas que têm como efeito a bancarização são aquelas voltadas para o acesso ao ensino superior. Através das chamadas “contas universitárias”, que são oferecidas por praticamente todos os bancos, o acesso à universidade facultou aos jovens o uso de serviços bancários com taxas mais baixas e o acesso ao crédito sem a exigência de comprovação de renda compatível. Assim, ao promoverem o crescimento do ingresso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, políticas como a de aumento de vagas em universidades públicas, o PROUNE e o FIES fizeram com que esses jovens tivessem acesso também aos serviços financeiros.

O uso de contas bancárias e de cartões de crédito permite que jovens universitários tenham maior autonomia na gestão das finanças sem que necessariamente desfrutem de independência econômica em relação à família. Por outro lado, muitos dos jovens que entraram na universidade através das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, além de já contribuírem para a formação da renda familiar através do trabalho, tornam-se fornecedores de crédito aos demais membros do grupo doméstico (Teixeira, 2011).

Por terem objetivos diversos, as políticas públicas voltadas para a população de baixa renda não atingem a população de forma homogênea. Apesar disso, todas as modalidades de políticas acima descritas levam a um maior grau de financeirização da vida dos grupos familiares beneficiados. De certa forma, podemos enxergá-las como mecanismos de articulação entre dois universos que não são regidos pelas mesmas lógicas: o familiar e o financeiro.

## **As ações de educação financeira e seus agentes**

Através de levantamento realizado em jornais e em sites voltados para o tema<sup>6</sup>, foi possível mapear ações de educação financeira levadas a cabo no Brasil nos últimos anos (2011, 2012), e identificar alguns de seus agentes.

Levando em consideração os recortes presentes nas próprias propostas educativas quando definirem seu público-alvo, encontramos, logo de início, clivagens de natureza econômica, evidenciada em função do próprio processo de alargamento do mercado e de direcionamento da oferta de serviços financeiros a grupos de baixa renda.

Outra clivagem evidente é a de gênero: as mulheres vêm despertando cada vez a atenção das instituições financeiras por serem percebidas como as principais gestoras do orçamento familiar e, também, em função de sua crescente participação no mercado de trabalho, o que as tornam potenciais investidoras. Se levarmos em consideração as ações educativas voltadas para idosos, para crianças, para adolescentes e jovens adultos, sobretudo os universitários, perceberemos a existência de clivagens de caráter geracionais ou de pertencimento a grupos etários.

Essas clivagens demonstram que os agentes financeiros, tanto governamentais quanto privados, percebem a existência de desigualdades relativas ao grau de acesso e aos instrumentos e práticas financeiras formais. Essa percepção os levou à busca de instrumentos, meios e linguagens que fossem consideradas mais adequadas à comunicação com cada um dos diversos segmentos de público visados (Müller, 2012).

Dentre as iniciativas identificadas, vale destacar a criação do Grupo de Trabalho *Estratégia Nacional de Educação Financeira* (ENEF), aprovada em maio de 2007 (Diário Oficial da União, 06/06/2007) e efetivada pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros (Coremec) em julho de 2009.

---

<sup>6</sup> O projeto Inclusão e educação financeira: mapeando ações pedagógicas foi desenvolvido ao longo de 2011 e 2012. Contou com auxílio do estudante do curso de graduação em Comunicação Social da PUCRS, Matheus Schch de Souza, bolsista de iniciação científica da FAPERGS.

A ENEF incorpora a importância crescente da educação financeira no contexto atual do Brasil, sendo política de Estado, de caráter permanente e âmbito nacional, integrada por ações gratuitas de educação financeira, onde prevaleça o interesse público. A Estratégia prevê o envolvimento de toda a sociedade, por meio da execução descentralizada de suas atividades, mas de forma coordenada, por meio do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), instância deliberativa que integra representantes do setor público e da iniciativa privada.

A iniciativa adota como referência para o conceito de educação financeira a definição proposta pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), adaptada à realidade nacional: a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (ENEF, <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>, em 20/08/13)

Entre as ações previstas na ENEF está a promoção da educação financeira em escolas públicas. Entre agosto de 2010 e dezembro de 2010, um projeto piloto foi implementado em 891 escolas públicas de ensino médio de seis estados brasileiros (CE, DF, MG, RJ, SP e TO). O Instituto Unibanco coordenou a produção do material didático utilizado e a avaliação dos resultados do projeto foi executada com a parceria do Banco Mundial, da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF- Brasil)<sup>7</sup>, e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFJF - CAEd/UFJF.<sup>8</sup> Os resultados foram considerados

---

<sup>7</sup> Criada em 2012, a AEF- Brasil tem como membros a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, a BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a CNSeg – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização e FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

<sup>8</sup> Resultado da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas. Release elaborado pela BM&FBOVESPA baseado nos dados informados pelo Banco Mundial para o 2º Workshop de Divulgação dos Resultados da ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira, em junho de 2012. (disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/EducacaoFinanceira/EducacaoFinanceiraEscolasEnsinoMedio.aspx>)

altamente positivos por aumentarem a proporção de jovens que declararam organizar e planejar seus gastos e terem intenção de poupar<sup>9</sup>.

Conteúdos pedagógicos relacionados às finanças também fazem parte de outros projetos de educação levados a cabo em escolas públicas e particulares, por iniciativa de organizações privadas, como a *Junior Achievement Brasil*<sup>10</sup>, e, também, por sindicatos<sup>11</sup>. Além disso, algumas instituições do mercado financeiro vêm promovendo programas de educação dirigidos a públicos específicos que são vistos como potenciais investidores, caso da BM&FBOVESPA<sup>12</sup>; como clientes a serem preservados, caso dos bancos e fundos de pensão<sup>13</sup>, ou como futuros clientes<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> Resultado da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas. Release elaborado pela BM&FBOVESPA baseado nos dados informados pelo Banco Mundial para o 2º Workshop de Divulgação dos Resultados da ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira, em junho de 2012. <http://www.vidaedinheiro.gov.br/EducacaoFinanceira/EducacaoFinanceiraEscolasEnsinoMedio.aspx>

<sup>10</sup> *Junior Achievement Brasil*: Programa Bancos em Ação: Através de atividades lúdicas, o Bancos em Ação JA ensina aos estudantes do Ensino Médio os princípios do setor bancário e apresenta os desafios de operar um banco em condições competitivas. Na primeira parte do Programa, conceitos são aplicados em sala de aula, contando com a participação dos voluntários do Citi e, em seguida, os alunos são convidados a participar de uma simulação ao vivo, baseada em um software. Trata-se de torneio com fases estadual, nacional e latino-americana. O Bancos em Ação não somente educa jovens sobre o setor bancário mas também os incentiva a se tornarem melhores cidadãos e consumidores mais inteligentes em um mundo globalizado. Objetivos Que os alunos: Entendam a origem e o histórico da atividade bancária; Compreendam o funcionamento das operações bancárias; Aprendam sobre custos e benefícios da utilização dos produtos e serviços bancários; Avaliem oportunidades de carreira no setor bancário. ([http://www.jabrasil.org.br/ja/index.php?option=com\\_programas&Itemid=101&menu\\_pai=71&tipo=2&task=detalhes&id=36](http://www.jabrasil.org.br/ja/index.php?option=com_programas&Itemid=101&menu_pai=71&tipo=2&task=detalhes&id=36) acessado em 20/10/10)

<sup>11</sup> “O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá resolveu investir em educação financeira depois que identificou trabalhadores de sua base, ocupados na indústria metalúrgica e de autopeças, aceitando abrir mão de estabilidade funcional, conquistada através de exaustivas negociações sindicais, para receber algum dinheiro e quitar dívidas que os sufocavam (...) Recentemente, a diretoria e lideranças de base participaram de um treinamento em parceria do Sindicato com o Instituto Justiça do Consumidor, quando puderam discutir com especialistas em educação financeira e direito do consumidor que a dívida é parte essencial de qualquer decisão de compra.”

(<http://economia.uol.com.br/empreendedorismo/colunistas/2012/04/18/mercado-para-atender-nova-classe-media-vai-de-moveis-a-educacao-financeira.jhtm> - acessado em 18/04/2012).

<sup>12</sup> Um exemplo é o Programa Educação Financeira, que vai ao ar aos sábados, às 10h15, na TV Cultura. [www.tveducacaofinanceira.com.br](http://www.tveducacaofinanceira.com.br). A BM&FBOVESPA também oferece cursos e mantém sites específicos voltados para mulheres.

(<http://www.bmfbovespa.com.br/mulheres/educacao-financeira.asp>[http://www.jabrasil.org.br/ja/index.php?option=com\\_programas&Itemid=101&menu\\_pai=71&tipo=2&task=detalhes&id=36](http://www.jabrasil.org.br/ja/index.php?option=com_programas&Itemid=101&menu_pai=71&tipo=2&task=detalhes&id=36) acessado em 20/10/10).

<sup>13</sup> Um exemplo é o programa de educação financeira e previdenciária promovido pela Valia, fundo de pensão dos empregados da Vale do Rio Doce. (Valor on line 30/12/09)

<sup>14</sup> O Programa Educação Financeira LUTERPREV – PEF tem como objetivo despertar crianças, jovens e adultos para a compreensão da realidade financeira em suas vidas, famílias, empresas

Além de participar em ações educativas de caráter interinstitucionais e em ações promovidas por suas próprias organizações (FEBRABAN), os bancos vêm usando diversos meios para disseminar o que seriam “boas práticas financeiras” junto a seus atuais e potenciais clientes. Os conteúdos de caráter educacional estão disponíveis nos sites dessas instituições e se encontram cada vez mais presentes na publicidade veiculada pela internet e pela TV., em anúncios que, nos mesmos moldes das campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas, promovem com veemência a venda dos produtos financeiros (modalidades variadas de crédito), ao mesmo tempo em que recomendam aos consumidores moderação em seu uso.

Por fim, vale citar o papel desempenhado pela televisão nas ações de educação financeira. Ao longo dos últimos anos, a TV Globo produziu diversas reportagens sobre o crescimento do consumo, sobre o aumento da oferta de crédito e sobre endividamento, bem como programas dedicados ao tema da educação para gestão das finanças familiares (o programa Globo Repórter foi um dos que mais abordou essa temática).

Um exemplo significativo dessa produção foi o *reality show* “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, exibido pela Rede Globo durante o mês de janeiro de 2009, como um quadro do programa Fantástico. Esse quadro enfocava o dia-a-dia dos Amorim, uma família de classe média baixa, moradora do subúrbio do Rio de Janeiro. Ao longo das semanas, as dificuldades financeiras vividas pela família foram sendo identificadas e sanadas através da orientação de um *expert*, o economista Luís Carlos Ewald, conhecido como o *Senhor Dinheiro*, que também atuava em outros quadros do programa. O sucesso da série foi tanto que os membros da Família Amorim passaram a atuar em anúncios de produtos financeiros da Caixa Econômica Federal. Em 2011, o *Senhor Dinheiro* participou de outra série também exibida no programa Fantástico, chamada “Tim tim por tim tim”, novamente acompanhando e orientava diversas famílias de perfil popular que se percebiam como endividadas.

---

e comunidades. A iniciativa criada pela LUTERPREV em 2002, em parceria com a Rede Sinodal de Educação, ambas instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), já é desenvolvida em 16 instituições do RS e SC. ([http://www.luterprev.com.br/compromisso-social\\_puf.php](http://www.luterprev.com.br/compromisso-social_puf.php)).

A valorização do tema da educação financeira também abriu espaço para o surgimento de um novo tipo de *expertise* no interior das instituições e, também, de novos espaços de trocas e para a divulgação de saberes e práticas (sites, redes, jornadas, congressos, eventos<sup>15</sup>). O crescimento do interesse por parte das instituições financeiras por esse tipo de iniciativa está valorizando profissionais que tenham competências nessa área e incentivando a criação de empresas privadas que oferecem serviços pedagógicos (organização de cursos, eventos, oficinas), fornecem professores, monitores, materiais didáticos e todo o tipo de consultorias no campo da educação financeira.

### **Ambiguidades e contradições nas políticas de inclusão e de educação financeira**

No desenho de diversas modalidades de políticas públicas, os beneficiários são percebidos e interpelados como membros de agrupamentos familiares. A renda familiar é o principal critério utilizado para o cálculo que define a inclusão ou não dos indivíduos em políticas de renda mínima, como o programa Bolsa Família. As políticas de financiamento da casa própria (Minha Casa, Minha Vida), de concessão de bolsas de estudos para universitários de baixa renda provenientes de escolas públicas (PROUNE<sup>16</sup>), bem como os financiamentos para o ensino superior (FIES<sup>17</sup>) também se baseiam no cálculo da renda familiar. Além disso, para ter acesso a alguns desses programas, as

---

<sup>15</sup> Como exemplos vale citar a Conferência Internacional em Educação Financeira, sediada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), representando o COREMEC e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), Rio de Janeiro, 15 e 16 de dezembro de 2009, e o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Financeira: organizado pela Federação Brasileira de Bancos – Febraban, e a Federação Latinoamericana de Bancos – FELABAN, São Paulo, 21 e 22 de outubro de 2010.

<sup>16</sup> O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa.

<sup>17</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. (<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>).

instituições exigem que o candidato apresente o nome de alguém que assuma o papel de fiador, comprometendo-se a responder pela dívida contraída em caso de inadimplência do titular. Quem assume esse papel é, geralmente, um membro do grupo familiar ou alguém com quem o solicitante mantém laços pessoais e relações de reciprocidade.

Os indivíduos que assumem o papel de titulares dos benefícios fornecidos por essas políticas e por seus desdobramentos fazem parte de grupos familiares com os quais possuem vínculos afetivos, mantêm relações de suporte e de dependência, obrigações de ordem material e moral. Isso faz com que eles incorporem os benefícios e o ônus do atrelamento a essas políticas sob formas que variam conforme a geração a que pertencem e de acordo com o momento do ciclo familiar em que o grupo se encontra.

As regras que regem o funcionamento do mercado financeiro, por outro lado, têm como pressuposto a existência de agentes autônomos e independentes. Afinal, é através de um número do CPF que se obtém o acesso às ferramentas e recursos financeiros. As contas bancárias, os financiamentos e os cartões de crédito estão vinculados, em última instância, a um único indivíduo que é considerado seu titular principal e o responsável pelos efeitos de seu uso, podendo, inclusive, ser banido do sistema, caso se torne inadimplente.

Apesar de desempenharem o papel de agentes ou de intermediários na implementação de políticas públicas que tomam como referência o grupo familiar, as instituições financeiras têm como referência indivíduos genéricos e nutrem a expectativa de que eles irão gerir os instrumentos, os recursos e os compromissos advindos do acesso aos serviços financeiros orientados pela mesma lógica que deveria organizar o funcionamento das instituições financeiras (cálculo estritamente racional). A constatação de que, em suas práticas, os beneficiados pelas políticas públicas não seguem esse modelo é interpretada como efeito de uma incompetência cultural, a qual deve ser sanada através da aplicação de controles mais estritos, da disseminação dos valores considerados financeiramente corretos, de ações que levem ao aprendizado do cálculo financeiro e do uso de instrumentos de gestão das finanças e que promovam a prática da poupança.

Apesar dos próprios agentes das ações de educação financeira reconhecerem que a população brasileira está longe de ser homogênea em relação ao compartilhamento dos conteúdos cognitivos e valorativos considerados por eles como pré-requisitos para a inclusão desse público no sistema, as iniciativas pedagógicas propostas não levam em consideração o que é tido como adequado ou inadequado em termos de conhecimento, valores e formas de conduta relativos às práticas financeiras para cada um dos segmentos sociais envolvidos nas políticas que promovem a inclusão.

Se as propostas de inclusão e de educação financeira visam, de fato, o alargamento da democracia, antes de tentar sanar a carência de conhecimentos específicos que garantiriam as “boas práticas financeiras”, o fundamental seria reconhecer a existência de diferenças e contradições entre os fundamentos que ordenam o funcionamento das instituições do sistema financeiro, os princípios que orientam as políticas públicas que promovem a inclusão de determinados segmentos sociais nesse sistema e as concepções e valores em torno dos quais se organiza a vida social dos grupos sociais envolvidos.

## **Bibliografia**

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inclusão financeira*. n. 1, Brasília, BCB, 2010. (Disponível em: [www.bcb.gov.br/?microfin](http://www.bcb.gov.br/?microfin)).

BAZIN, Laurent ; SELIM, Monique (Orgs) . *Motifs économiques en anthropologie*. Paris, L’Harmattan, 2001.

BLOCH, Maurice et al. Les usages de l’argent. *Terrain*, Paris, v. 23, octobre 1994.

BOURDIEU, Pierre. La fabricación del habitus económico. *Crítica en desarrollo*. Revista latinoamericana de ciencias sociales. n.2, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie de l’Algerie*. Paris, PUF. 1958.

CALLON, Michel. Postface : La formulation marchade des biens. In VATIN, François (Dir.). *Évaluer et valoriser*. Une sociologie économique de la mesure. Toulouse, Presses Universitaires du Murail, 2009.

CANDIDO, Luara Fernandes de. *Crédito sobre a ótica da terceira idade*: significados da utilização do empréstimo pessoal para idosos. Porto Alegre, PUCRS, 2007 (TCC graduação em Ciências Sociais).

CASSAL, Milena P. *No areal das mulheres*: benefícios em família- percepções, vivências e práticas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Porto Alegre, PUCRS, 2010.



- CASTILHOS, Rodrigo Bisognin. *Subindo o morro: consumo, posição social e distinção entre classes populares*. PPGA/UFRGS, Porto Alegre, 2007. (Dissertação de mestrado).
- DUFY, Caroline; WEBER, Florence. *L'ethnographie économique*. Paris, La Découverte, 2007.
- GARCIA Jr. Afrânio R. *O sul: caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero/Brasília, Editora da UnB, MTC-CNPq, 1989.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. A gênese social do homo economicus: Argélia e a sociologia da economia em Bourdieu. *Mana*, 12 (2) p. 333-357, 2006.
- JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2009.
- KUMAR, Anjali. (Coord.) *Brasil: acesso a serviços financeiros*. Rio de Janeiro, IPEA; Washinton, DC, Banco Mundial, 2004.
- MATTOSO, Cecília Lima de Queirós. *Identidade, inserção social e acesso a serviços financeiros: um estudo na favela da Rocinha*. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2005 (Tese de doutorado).
- MIGUEL, Antonia Celene. Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de micro-finanças. *REDD*, v.4.n.2, jan./jul. 2012, p.183-204. (A construção social dos mercados)
- MÜLLER, Lúcia Helena A. Les sens du crédit: négociant des dettes et des dons. Trabalho apresentado no *Colóquio Internacional Novas perspectivas em etnografia econômica: modalidades de troca e do cálculo econômico*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2011.
- MÜLLER, Lúcia Helena A. Então eu fui à luta! Repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. *Política & Sociedade*, v.8, p.145 - 171, 2009.
- MÜLLER, Lúcia Helena A. Os grupos de baixa renda e o crédito no cenário brasileiro. In: PINTO, Michele; PACHECO, Janie. (Orgs.). *Juventude, consumo e educação 4: reflexões, experiências e diálogos contemporâneos*. 1ed.Porto Alegre: ESPM, 2012.
- MÜLLER, Lúcia Helena. A antropologia das instituições e organizações econômicas. In: SANTOS, Hermílio. (Org.). *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *Mana*, n, 13, v. 1, p. 119-151, 2007.
- NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. In MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. (Coords.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo, ANPOCS, 2010.
- POUILLON, François (Dir.). *A antropologia econômica: correntes e problemas*. Lisboa, Edições 70, 1978.

- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SMELSER, Neil ; SWEDBERG, Richard (Ed.) *The handbook of economic sociology*. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- STEINER, Philippe; VATIN, François. *Traité de sociologie économique*. Paris, PUF, 2009.
- SWEDBER, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*. Revista de sociologia da USP, v. 16, n.2, nov. 2004.
- SZTOMPKA, Piotr. Tempo como dimensão da vida social. In *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- TEIXEIRA, Eleonora F. Finanças e juventude: estudo sobre a relação do jovem universitário com os instrumentos financeiros. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.
- VILLARREAL, Magdalena (Coord.) *Antropología de la deuda: crédito, ahorro, fiado y prestado em las finanzas cotidianas*. Mexico, CIESA/ Miguel Angel Porrúa, 2004.
- WEBER, Florence. Le calcul économique ordinaire. In STEINER, Philippe; VATIN, François. *Traité de sociologie économique*. Paris, PUF, 2009.
- WEBER, Florence. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana*, out. 2002, vol.8, n.2, p.151-182.
- WILKIS, Ariel. Los bancos de los pobres: las finanzas populares en el corazón del capitalismo. Trabalho apresentado no *Seminário Internacional sobre as finanças e o consumo*. Porto Alegre, PUCRS, 2012.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*. Brasília, n. 87, p.11-73, 1990.
- ZELIZER, Viviana. Intimité et économie. *Terrain*, n.45, Paris, sept. 2005. (L'argent em famille)
- ZELIZER, Viviana. Pagos y lazos sociales. *Critica en desarrollo*. Revista latinoamericana de ciencias sociales. n.2, 2008.
- ZELIZER, Viviana. *The social meaning of money*. New York, Basic Books, 1994.